



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo:** Política de Educação

### **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR ENTRE 2019-2021: ações governamentais e desafios com o Covid-19**

JANAINA LOPES DO NASCIMENTO DUARTE <sup>1</sup>  
THALES EDUARDO DE OLIVEIRA MARTINS <sup>2</sup>

**RESUMO:** Este texto objetiva problematizar ações destinadas à educação superior brasileira durante 2019-2021. Segundo o método materialista histórico dialético e considerando a obra de Florestan Fernandes, realizou-se levantamento bibliográfico e pesquisa documental, com destaque para: dois documentos no Governo Bolsonaro, Plano de Governo e Programa “Future-se”; e ações governamentais durante a pandemia do Covid-19. Tal percurso permitiu identificar tendências de continuidade do desmonte do setor público como um dos eixos atuais do padrão dependente educacional no país. Assim, analisam-se desdobramentos mais evidentes do capitalismo dependente diante da política de educação superior no Brasil, especialmente durante o Covid-19.

**Palavras-chave:** Capitalismo Dependente; Educação Superior no Brasil; Governo Bolsonaro; Programa “Future-se”; Pandemia Covid-19.

**ABSTRACT:** This text intends to problematize actions destined to the brazilian higher education during 2019-2021. According to the dialectical historical materialist method and considering the work of Florestan Fernandes,

---

1 Professor com formação em Serviço Social. Departamento De Serviço Social - Universidade De Brasília

2 Estudante de Graduação. Departamento De Serviço Social - Universidade De Brasília

a bibliographic survey and documentary research were carried out, with emphasis on: two documents in the Bolsonaro Government, Government Plan and “Future-se” Program; and government actions during the Covid-19 pandemic. This path allowed us to identify trends of continuity in the dismantling of the public sector as one of the current axes of the dependent educational pattern in the country. Thus, more evident developments of dependent capitalism are analyzed in the face of higher education policy in Brazil, especially during Covid-19.

**Keywords:** Dependent capitalism; Higher education in Brazil; Bolsonaro Government; “Future-se” Program; Covid-19 Pandemic.

## INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de reflexões coletivas realizadas em nível de Iniciação Científica em edital público 2021/2022 de uma universidade federal, constituindo-se, sobretudo, como parte integrante de um projeto de pesquisa mais amplo que buscava discutir a política de educação superior no capitalismo dependente no Brasil, considerando as ações governamentais e seus desdobramentos após o Golpe de 2016<sup>3</sup>.

Nesse sentido, o presente texto objetiva problematizar as ações destinadas à política de educação superior brasileira direcionadas para o período 2019-2021 no contexto do governo Bolsonaro. Para tanto, apresenta como questão norteadora: quais as ações motivadas pelo Governo Federal direcionadas para a educação superior, no período 2019-2021, considerando também o contexto de pandemia do Covid-19?

O estudo foi guiado pelo método materialista histórico dialético, a fim de apreender as múltiplas determinações que envolvem a política de educação superior, no contexto do Governo Bolsonaro, particularizando o capitalismo em sua

---

<sup>3</sup>O golpe de 2016 teve como principal objetivo dar continuidade à agenda neoliberal da dominação burguesa em sua associação local e hegemônica, em território brasileiro, sobretudo, de forma mais agressiva e contundente. Para aprofundamento, ler: OLIVEIRA, T. B. de. O Golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo. In: *Historiæ*. [S. l.], v. 7, n. 2, p. 191–232, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3yvNfSM>>. Acesso em: 22/07/2022

relação de dependência com a economia mundial e seus desdobramentos para a educação superior no Brasil.

Assim, foi realizada uma pesquisa qualitativa assente nos seguintes procedimentos: 1) levantamento bibliográfico sobre o padrão educacional dependente e a educação superior no Brasil, com destaque para o Governo Bolsonaro e a pandemia do coronavírus no país, considerando textos de autores de referência (Florestan Fernandes e interlocutores), a Revista *online* Universidade e Sociedade (ANDES/SN) e outras publicações sobre educação; e 2) pesquisa documental sobre as principais ações para educação superior no Governo Bolsonaro, sendo evidenciados os documentos: Plano de Governo (PSL, 2018), produzido para a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, e a principal ação voltada para educação superior, o Programa Future-se (BRASIL, 2020a), além de resoluções sobre o ensino remoto emergencial no contexto de pandemia da Covid-19 no país.

O texto organiza-se a partir dos seguintes tópicos: 1) Educação superior na atualidade, em relação ao seu padrão dependente no Brasil; 2) principais ações do Governo Bolsonaro entre 2019-2021, direcionadas para a educação superior, com destaque para o Plano de Governo (PSL, 2018) e o Programa Future-se (BRASIL, 2020a); 3) reflexões sobre as principais ações para a educação superior do Governo Bolsonaro no contexto da pandemia do Covid-19; e 4) considerações finais voltadas para a renovação e necessidade permanente de luta e resistência em defesa da educação superior pública, sobretudo em um país de desenvolvimento capitalista em termos dependentes.

## **2. EDUCAÇÃO SUPERIOR À MERCÊ DOS DESDOBRAMENTOS DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA CONTEMPORANEIDADE**

Para compreensão da política de educação superior no contexto atual brasileiro é necessário compreender que a sociedade brasileira está inserida, conforme Fernandes (1995), em um tipo específico de capitalismo de matriz dependente. Isto porque se define como parte do modo de produção capitalista, em uma determinada fase de seu desenvolvimento, monopolista, apresentando como especificidade a sua

posição dependente ou heterônoma<sup>4</sup>.

A partir disso, é possível apreender que a condição de dependência cinde o mundo entre centros hegemônicos e países dependentes/subdesenvolvidos. Segundo Fernandes (2020), aqueles hegemônicos se beneficiam de sua posição dominante nos processos de invenção cultural e de crescimento da civilização industrial, dado que “absorvem as estruturas dos países de capitalismo dependente, submetendo-as a seus próprios ritmos e subordinando-as aos interesses que lhes são próprios” (FERNANDES, 1995, p. 139).

É basilar destacar o papel que a classe dominante nativa (no Brasil) exerce dentro da condição de dependência e subdesenvolvimento local, posto que aliada aos interesses das classes burguesas dos países de capitalismo hegemônico, a mesma burguesia local, ao sabor dos seus interesses particulares e privatistas, viabiliza e reatualiza as condições da dependência. Logo, “tal composição burguesa se forja na dominação em sua dupla face, operando um padrão dual de expropriação do excedente econômico, no qual parte fica com a burguesia internacional e outra parte fica com a burguesia local brasileira” (DUARTE, 2020, p. 79), amplificando, em terras dependentes, níveis de exploração da classe trabalhadora e, conseqüentemente, desigualdade social. Em outras palavras, como ressalta Duarte (2020, p. 80), “as burguesias locais se constituem como parceiras (ainda que menores e subordinadas) das burguesias hegemônicas”. Nestes termos, Figueiras (2019, *on line*) ressalta que

o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são duas faces da mesma moeda, pertencem ao mesmo processo e estão umbilicalmente imbricados, são dois tipos de capitalismo distintos presentes na mesma ordem mundial, na mesma divisão internacional do trabalho: de um lado, um capitalismo dependente (tecnológica, financeira, política e culturalmente) e, de outro, um capitalismo imperialista [...].

As sequelas decorrentes desta condição de dependência são percebidas e acentuadas na esfera da educação, principalmente da educação superior, uma vez que os “elementos estruturantes do capitalismo dependente também mobilizam um

---

<sup>4</sup>Na obra florestaniana está em relação dialética o par autonomia/heteronomia, uma vez que a heteronomia reflete-se mediante a ausência de autonomia dos países subdesenvolvidos/dependentes em garantir desenvolvimento em sua totalidade, inclusive sócio cultural, interferindo diretamente na questão educacional (DUARTE, 2020).

padrão dependente educacional, já que as instituições educacionais são expressões da sociedade de classes em que se inserem” (DUARTE, 2020, p. 81), contribuindo para preservar relações de dependência sócio cultural. Cabe destacar a particularidade histórica no Brasil da educação centrada no elitismo e no conservadorismo controlados por uma burguesia local, em associação com a burguesia internacional, com características antinacionais e antissociais que apartam e oprimem cada vez mais a classe trabalhadora de qualquer posição decisória (FERNANDES, 2020), conseqüentemente também reduzindo seu acesso aos direitos sociais.

Na contemporaneidade, o governo conduzido por Bolsonaro revitaliza todo o conservadorismo das classes dominantes. Duarte e Lima (2022, p. 16) fazem importantes análises sobre este governo:

A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro materializa os traços fascistóides inerentes ao padrão de hegemonia burguesa no Brasil e apresenta como horizonte político o aprofundamento da pauta de ação política do governo Temer (2016/2018). Ao mesmo tempo em que opera a continuidade e o aprofundamento da política de privatização, o governo Bolsonaro (2019/em curso) apresenta novidades pela militarização das estruturas do aparelho do Estado, pelo alargamento da violência contra a classe trabalhadora e pela busca do silenciamento da crítica com a captura da subjetividade dos trabalhadores, tentando realizar, assim, o apassivamento das suas lutas.

No campo educacional, o governo Bolsonaro nega tudo o que é laico, como por exemplo, por meio do desprezo à ciência e à produção do conhecimento crítico, reafirma o descaso e a ausência de investimento na educação, especialmente em tempos de pandemia da Covid-19. Além do constante apoio à expansão do ensino à distância e, conseqüentemente, à privatização da educação superior, promovendo um modelo de educação empresarial que limita a produção e a socialização do conhecimento, em especial o crítico.

Assim, o Governo de Bolsonaro dá continuidade, de forma articulada e contundente, ao desmonte da educação superior pública, principalmente por três vias: 1) corte orçamentário, realçado pela Proposta de Emenda à Constituição N° 188, de 2019<sup>5</sup> (BRASIL, 2019a); 2) enaltecimento do setor privado em detrimento do

---

<sup>5</sup>A chamada de PEC do Pacto Federativo, uma das propostas do governo Bolsonaro, promove a unificação dos gastos mínimos obrigatórios para saúde e educação, acarretando disputa desnecessária entre os dois

público<sup>6</sup>, e disposição da educação enquanto privilégio de uma classe; e 3) guerra cultural que obtém respaldo nas teorias conspiratórias, assim como no anti-intelectualismo e nos inúmeros ataques proferidos às universidades públicas (MELO, 2020).

Estes aspectos são agravados com a pandemia da Covid-19, como evidenciado pela Portaria nº 343/2020 do Ministério da educação que estabelece atividades remotas durante a pandemia do Covid-19 (BRASIL, 2020b), mesmo sem considerar a realidade brasileira de extrema desigualdade, em que 45,9 milhões de brasileiros não têm acesso à internet (SILVEIRA, 2020). Logo, as “ofensivas ultraconservadoras do Governo Bolsonaro operacionalizam o avanço da pauta privatista e o ataque mais agressivo à classe trabalhadora” (DUARTE; IRINEU, 2020, p. 2666).

Em consequência, a ideologia neoliberal penetra de forma drástica na educação, cada vez mais, retirando-a do rol de direitos constitucionais, e a posicionando na lógica do mercado como um serviço a ser prestado ou uma mercadoria a ser vendida. Portanto, a educação à mercê do capitalismo dependente traduz a lógica classista da sociedade de dupla dominação burguesa, em que, nos dizeres de Lima (2019, p. 10),

[...] a burguesia dos países subdesenvolvidos concebe a educação como (i) formação de força de trabalho minimamente qualificada para a classe trabalhadora, (ii) um lucrativo serviço a ser negociado no mercado educacional, articulando o setor privado local, os conglomerados internacionais e a rentabilidade da bolsa de valores.

É neste contexto que se destacam os documentos Plano de Governo de Bolsonaro (PSL, 2018) e Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (BRASIL, 2020a) como expressões concretas que elucidam as tendências privatistas e ainda mais regressivas do governo atual para a política de educação superior no Brasil.

### **3. EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA À SOMBRA DO MERCADO: DESTAQUES DO GOVERNO BOLSONARO NO PERÍODO DE 2019-2021.**

---

segmentos, além de desdobrar em novos cortes e má gestão, prejudicando tanto a saúde quanto à educação (BRASIL, 2019a).

<sup>6</sup>Conforme dados divulgados pelo INEP (2022), em 2020, havia um total de 2.457 instituições de Ensino Superior no Brasil, sendo, 2.153 privadas, isto é, 87,6% e somente 304 (12,4%) IES públicas no país.

### 3.1. Proposta de Plano de Governo: "O caminho da Prosperidade" (PSL, 2018)

Alicerçado nos interesses internacionais e, por consequência, na condição dependente, o Governo Bolsonaro, mesmo antes de assumir a presidência, já esboçava seu alinhamento com as premissas neoliberais de privatizações e desmonte das políticas sociais. A sua proposta de governo, "*O caminho da prosperidade*" (PSL, 2018), indica o estímulo ao setor privado em detrimento do público, com incentivo expresso ao ensino à distância e à ideologia do empreendedorismo, bem como à priorização do ensino básico em prejuízo ao superior, sob o argumento de que se gasta excessivamente com esse nível da educação. Segundo Lima (2019), as intenções de Bolsonaro, já em seu programa de governo, baseavam-se no pensamento de que:

as universidades [...] devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Educação a distância: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática (LIMA, 2019, p.31).

Destarte, a política de Bolsonaro orienta suas ações para a desqualificação da educação pública, principalmente a superior, assim como da comunidade acadêmica, visto que o Plano de Governo declara que: "o nível de gastos que o Brasil tem com educação é incompatível com o péssimo nível educacional dos estudantes" (PSL, 2018). Nessa lógica, o Governo Bolsonaro desconsidera o conhecimento produzido pela comunidade acadêmica, ainda que as universidades públicas sejam responsáveis por mais da metade da produção científica brasileira (ESCOBAR, 2019, *online*).

Desse modo, enfraquece-se a educação, e como resultado, precariza-se as condições de trabalho e o estímulo à formação profissional qualificada, atendendo ao propósito mercantil da classe burguesa e de suas frações. Isto significa que o Governo Bolsonaro cimenta o ensino superior em uma lógica apenas de preparação da força de trabalho para o mercado, limitando "[...] à instrução, num modelo tecnicista e instrumental – e exalta o conceito do "empreendedorismo", na qual se formam sujeitos "empresários-de-si" (FLORES; MATTOS, 2020, p.14)

Em congruência com os preceitos da guerra cultural, há ainda a construção de um discurso que carrega “traços facistóides” (DUARTE; LIMA, 2022) no campo educacional: “Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE” (PSL, 2018, p. 41, grifo do autor). Para alcançar tal objetivo defende-se mudar a gestão escolar, modernizar o conteúdo das disciplinas e “expurgar a ideologia de Paulo Freire das escolas e universidades” (PSL, 2018, p. 46). Entretanto, a preocupação com a infância começa e termina no viés ideológico, posto que “defende-se a infância com muito ardor. Evidentemente, a infância escolar. Da infância da vulnerabilidade social, pouco se diz” (SOARES; NOVAES, 2020, p. 25).

Nota-se que no governo Bolsonaro há um aprofundamento do processo de desresponsabilização do Estado com a política de educação e, conseqüentemente, o mercado se empossa da educação como um importante e estratégico nicho. Haja vista que, o Plano de Governo em análise não apresenta propostas profundas para a educação, tão pouco fomenta a universalização do ensino e da prestação de uma educação pública, gratuita e de qualidade como direito social. Ademais, o Plano de Governo é conduzido por uma perspectiva antidemocrática ao exteriorizar intolerâncias contra as teorias marxistas, freireanas, tratando-se

de um programa caracterizado pela ausência de metas e estratégias, bem como pela exclusão dos temas e questões que compõem a atual pauta educacional brasileira, revelando sua sintonia com as teses da mercantilização, da privatização e do controle social e ideológico por meio da e na educação” (OLIVEIRA; FERREIRA, 2018).

A concepção falaciosa da ideologia de gênero é utilizada como ferramenta de manipulação da sociedade com intuito de criminalizar o pensamento crítico e a defesa da democracia (MELO, 2020). Os movimentos que lutam e vislumbram uma sociedade sem injustiças sociais são acusados, ora de “vitimismo”, ora de ataque à família. Logo, o revisionismo como mecanismo de distorção e falseamento da realidade é uma característica percebida no Plano de Governo analisado.

### 3.2. Programa Universidade e Institutos Empreendedores e Inovadores: o Future-se



Já no primeiro ano de mandato do Governo Bolsonaro, em coerência com os objetivos de privatização da educação superior, o Programa Universidade e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se) é a principal ferramenta utilizada para desarticular o financiamento público reservado às Instituições de Ensino Superior públicas, mediante a entrada do capital privado como forma de financiamento das atividades nas universidades.

No entanto, cabe ressaltar a conexão entre o Plano de Governo Bolsonaro (PSL, 2018) e o Projeto de Lei (BRASIL, 2020a) do Future-se, conforme destaques no quadro 1:

**Quadro 1** - Análise comparativa entre Plano de Governo Bolsonaro e Programa Future-se

<b>Destaques sobre o Governo Bolsonaro e a Educação Superior</b>	
<b>Plano de Governo Bolsonaro</b>	<b>Programa Universidade e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se)</b>
Estímulo ao empreendedorismo	Empreendedorismo; promover as marcas e os produtos das universidades e dos Institutos Federais;
Inovação, Ciência e Tecnologia	Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; desenvolvimento de negócios inovadores
Competitividade de mercado	Criar <i>ranking</i> das instituições com prêmio aos principais projetos inovadores; I - contrato de resultado; II - benefícios por resultado; III - indicadores de resultado
Entrada de capital privado	Instalação de Empresas <i>juniores</i> , criação e consolidação de <i>startups</i> . Contratos e convênios com empresas privadas. Ação de fundos patrimoniais.
Autonomia de gestão e administrativa; e Política de Privatizações	Gestão imobiliária e autorizar <i>naming rights</i> nas universidades.

Importação da estratégia educacional do Japão, Taiwan e Coréia do Sul	Internacionalização; captação de recursos nacionais e internacionais;
---	---

Fonte: Elaboração própria, a partir do Plano de Governo de Bolsonaro (PSL, 2018) e do Projeto de Lei Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (BRASIL, 2020a).

Observa-se que, na fase atual do projeto neoliberal, a educação é afastada do seu sentido de política de Estado. Isto porque a política de educação é compreendida como um serviço que pode ser prestado por outros, e também como um “gasto” para o Estado, sendo, de fato, considerada como potencial fonte de lucro para os empresários do ramo educacional (SCHLESENER, 2020). Isto porque, o neoliberalismo manifesta-se como uma racionalidade política e social sustentada por uma nova lógica normativa condizente com os interesses do capital, em que “entre seus objetivos se coloca a reforma do Estado com nova regulamentação trabalhista e fim dos direitos sociais, o fortalecimento do individualismo e do empreendedorismo individual.” (SCHLESENER, 2020, p.87). Duarte e Lima (2022, p. 17) ainda ressaltam que o Programa Future-se só pode ser de fato analisado se considerada a Emenda Constitucional 95/2016, devido aos “sistemáticos cortes e contingenciamentos do financiamento público para a educação superior pública”.

No Projeto de Lei (PL) n. 3076/2020 (BRASIL, 2020a), que passou por quatro versões<sup>7</sup>, dentre seus objetivos, ressalta-se o primeiro inciso que estimula o financiamento privado para a execução de atividades universitárias: “incentivar fontes privadas adicionais de financiamento para projetos e programas de interesse de universidades e institutos federais” (BRASIL, 2020a). Essa racionalidade provoca a dicotomia, bem como a hierarquização das áreas de conhecimento, uma vez que seguindo o nexo do mercado, os projetos e programas financiados serão os que fornecerão lucro direto e imediato. Já o inciso terceiro, em consonância com os interesses de desmonte do ensino público, impulsiona a ideologia do empreendedorismo: “fomentar a cultura empreendedora em projetos e programas destinados ao ensino superior” (BRASIL, 2020a).

---

<sup>7</sup>Vale mencionar a trajetória do Future-se, em conformidade com Sguissardi (2020): o Programa tem a sua primeira versão divulgada no dia 17 de julho de 2019; a segunda em outubro de 2019; já a terceira versão é anunciada em janeiro de 2020; e, por fim, a quarta versão do Programa em maio de 2020. Esta última é transformada no Projeto de Lei n. 3076/2020 (BRASIL, 2020a), sendo encaminhado ao Congresso Nacional.

Nesse sentido, o Programa tende a fragilizar os direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1998, como por exemplo, os artigos 213 e 218 que asseguram o financiamento público à pesquisa científica e à extensão, além de comprometer o artigo 207 que trata sobre a garantia da autonomia das universidades (BRASIL, 1988). Por consequência, o Future-se modifica toda a realidade das instituições de ensino superior pública por meio de um programa de privatização, mascarado de inovação, perdendo sua autonomia no momento em que seu financiamento se desloca para a iniciativa privada. De acordo com a ADUnb (2021), o Governo Bolsonaro reduziu em quase R\$ 5 bilhões o orçamento do Ministério da Educação para 2021.

O Projeto de Lei não se dissocia da sua raiz neoliberal em razão do objetivo evidente de refuncionalização das universidades públicas em organizações direcionadas ao mercado, situando a produção científica no intuito de empreender, e da inovação de produtos, que deteriora a função social da universidade e da produção científica. Por isso, Costa (2020, p. 316) destaca que “[...] a proximidade com as empresas acabaria por naturalizar o desenvolvimento desigual das áreas do conhecimento, pois os recursos trazidos pelo Future-se teriam destinação específica”.

Ademais, no escopo do programa são apresentados três eixos: 1) pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; 2) Empreendedorismo; e 3) internacionalização (BRASIL, 2020a). O primeiro eixo do programa limita a pesquisa e o conhecimento à dinâmica do capital, descortinando a especificidade heteronômica do capitalismo dependente, visto que a inovação aqui mencionada se restringe a atender às demandas do setor empresarial. Portanto, o Future-se detém como cerne “os princípios neoliberais da competição e da concorrência; o saber como mercadoria, commodity, mercadoria–valor.” (SGUISSARDI, 2020, p. 224)

No que tange ao segundo eixo (o empreendedorismo) é primordial registrar o viés ideológico em razão da materialidade do objetivo de instrumentalizar as IES públicas, mediante a introdução nos currículos de atividades empreendedoras. Como exposto no Art.19, inciso VI do PL: “promover e disseminar a educação empreendedora por meio da inclusão de conteúdos e atividades de

empreendedorismo nas matrizes curriculares dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação” (BRASIL, 2020a). Logo, o Programa retira da universidade o papel de investigação da realidade social.

O terceiro eixo refere-se à internacionalização que elucida com nitidez a particularidade do capitalismo dependente na realidade brasileira, na medida em que o Future-se suspende a autonomia universitária e “introjeta valores predominantemente da racionalidade econômica e mercantil, justificadas globalmente por meio do eixo da internacionalização, afirmando as necessidades e demandas de um mundo globalizado” (MARTINS; VITTI, 2021, p. 14).

Em suma, conforme Duarte e Lima (2022, p. 17, grifo das autoras), o Future-se

trata de um modelo de financiamento (privado) e de gestão (empresarial) que ressignifica as funções político-pedagógicas da educação pública, esvaziando o sentido de produção e socialização do conhecimento crítico e criativo e a busca de soluções para os problemas sociais urgentes de um país capitalista dependente, substituídos pela venda de *serviços educacionais* e de bens imobiliários das instituições públicas e pelo investimento no lucrativo mercado financeiro.

Logo, o Programa Future-se reflete os objetivos do atual governo que tonifica o neoliberalismo com ações privatistas para a educação superior pública, fundamentadas na orientação ultraconservadora e no foco do desmonte mais agressivo das universidades. Outrossim, examinar o Programa requer um entendimento de que este ainda está em processo e sob forte resistência dos movimentos sociais vinculados à educação superior.

### **3. BREVES REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS COM A PANDEMIA**

O Governo de Bolsonaro materializa suas intenções para com a política de educação já em seu primeiro ano de mandato, por meio da articulação entre elementos econômicos, políticos e ideológicos para obstruir a educação do seu papel social. Ocorre que a pandemia apenas acelerou o processo de desmonte da educação pública, além de favorecer a educação privada, principalmente o ensino à

distância. Farage (2021) realiza lúcida reflexão sobre os desafios para o trabalho e para a educação durante a pandemia do Covid-19 no Brasil:

A pandemia do novo coronavírus acelerou o processo de digitalização e virtualização do mundo do trabalho no setor público, constituindo-se hoje como uma forma de “economia” para o governo, na medida em que os custos do trabalho remoto estão recaindo sobre os trabalhadores, sem qualquer tipo de auxílio por parte do Estado; constitui-se também como uma nova forma de apropriação privada do fundo público, já que o Estado não se preocupou em criar plataformas públicas e livres nem mesmo em estatizar empresas de telecomunicação que hoje gerenciam, junto com os grandes conglomerados tecnológicos, todo o serviço de mediação para o trabalho e o ensino remoto (FARAGE, 2021, p. 59).

Para além do parecer que institui o ensino remoto durante o período excepcional da pandemia do Covid-19 (BRASIL, 2020b) e do Programa Future-se (BRASIL, 2020a), é preciso destacar a Portaria de número 433 de 22/10/2020 (BRASIL, 2020c), bem como a Portaria de número 434 de 22/10/2020 (BRASIL, 2020d). Estas portarias têm como finalidade promover e expandir o ensino à distância dentro das universidades federais como modalidade permanente de ensino. Destarte, o setor privado encontrou na pandemia “uma oportunidade imperdível para os negócios de educação mediada por EaD” (LEHER, 2020, *on line*).

A hostilidade das ações do Governo Bolsonaro para com os usuários da educação superior pública é evidente. A título de exemplo, pode-se indicar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206/2019 que determina a cobrança de mensalidades para os discentes das universidades federais (BRASIL, 2019b). Dessa forma, essa PEC aliada ao Programa Future-se (BRASIL, 2020a) simboliza a política de privatização da educação pública vigente no Governo de Bolsonaro e teor antissocial e antinacional da burguesia local no Brasil.

Vale destacar que tais medidas ferem diretamente os direitos conquistados e explícitos na Constituição Federal de 1988, alterando os artigos 206 e 207 que ilustram, respectivamente, a gratuidade do ensino e da autonomia universitária (BRASIL, 1988).

Outra questão importante é o ataque à autonomia universitária e, neste contexto, também à democracia, com a tentativa de nomeação de reitores de Universidades e Institutos Federais *pro tempore* sem considerar o voto da

comunidade acadêmica por meio da Medida Provisória nº 979, de 09/06/2020 (BRASIL, 2020e). Como analisam Duarte e Lima (2022, p. 16), esta é mais uma “expressão das estratégias de silenciamento das vozes críticas ao projeto autoritário em curso no país”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: A LUTA DEVE SER PERMANENTE!**

A particularidade brasileira de capitalismo dependente, subordinada às vicissitudes dos centros hegemônicos e de suas respectivas classes dominantes, em parceria com a burguesia local, provoca a exclusão da classe trabalhadora das posições de decisão. Essa condição é reproduzida na esfera da educação e os seus efeitos são acentuados a partir da manutenção de uma ordem social marcada pela desigualdade, sobretudo, quando analisado no contexto da pandemia do Covid-19.

Nessa perspectiva, o Governo Bolsonaro promove a continuidade do desmonte da educação superior pública e o estímulo à ampliação da privatização, por intermédio de medidas no âmbito jurídico e político, antes e durante a pandemia do Covid-19, a partir de programas e ações que desqualificam a educação e a comunidade acadêmica, assim como por meio de discursos de viés ideológico que atacam a totalidade da universidade pública.

A luz da vitalidade e potência da obra florestaniana é essencial reafirmar que a luta em defesa da educação pública deve ser guiada por um projeto de sociedade radicalmente distinto que contemple a totalidade da vida social e corresponda às necessidades objetivas da classe trabalhadora. Portanto, precisa-se promover e defender, simultaneamente, a democratização da educação e da sociedade, como destaca Fernandes (1989, p. 13):

Educação e democratização da sociedade são entidades reais e processos concretos interdependentes - um não se transforma nem pode transformar-se sem o outro; ambos se determinam reciprocamente e qualquer política educacional “democrática” teria de levar em conta essa totalidade histórica dinâmica e criadora.

Sem a pretensão de esgotar o debate em tão poucas linhas, concluímos afirmando que são inquestionáveis os desafios atuais para a educação superior

brasileira, produto de uma história marcada pela desigualdade e pela exploração da classe trabalhadora, em virtude, particularmente da faceta dependente do capitalismo no Brasil. Por isso, destacamos que a luta deve ser permanente e, como afirmam Duarte e Lima (2022, p. 18, grifos nossos),

em tempos de pandemia mundial da Covid-19 a luta deve ser ainda mais acirrada em defesa da educação superior pública no capitalismo dependente brasileiro, uma vez que as contrarreformas avançam e encontram ambiente favorável para a continuação da precarização e do desmonte da educação superior pública no país [...]

Assim, a universidade pode ter função estratégica neste processo de luta coletiva, especialmente por se constituir como um espaço promotor do questionamento e da reflexão coletiva, pois, conforme analisam Duarte e Lima (2022, p. 20, grifos nossos),

a relevância das lutas se espraia para além da importância da deleção ou do protesto, mas invade a urgência do questionamento da realidade, a produção crítica do conhecimento, o desenvolvimento de pesquisas afinadas com as *questões nacionais*, uma vez que a produção crítica e qualificada do conhecimento pode também se constituir como uma das estratégias de resistência aos tempos atuais.

Assim, é necessário que a comunidade acadêmica esteja aliada e afinada com a sociedade e suas necessidades, mantendo o vigor da luta, uma vez isto pode garantir que “as lutas alimentem a produção do conhecimento crítico e o conhecimento crítico subsidie também as lutas sociais” (DUARTE; LIMA, 2022, p. 20). Nestes termos, vozes e ações coletivas podem amplificar com firmeza a resistência em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, ainda que nos limites de um país capitalista dependente, mas com a bússola voltada para a perspectiva de uma outra sociabilidade para além do capital.

## REFERÊNCIAS

ADUnB. Associação dos Docentes da Universidade de Brasília. *Educação é a área mais atingida pelos cortes de Bolsonaro*. Brasília: ADUnB, 2021. Disponível em: <<https://www.adunb.org/post/educação-é-a-área-mais-atingida-pelos-cortes-de>

[bolsonaro](#)>. Acesso: 05/06/2022.

BRASIL. *Projeto de Lei Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - FUTURE-SE*. Brasília: MEC, 2020a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>>. Acesso: 05/05/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 343*, de 17/03/2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União. Brasília: ed. 53, 18 mar. 2020b.

BRASIL. *Portaria nº 433*, de 22/10/2020. Institui o Comitê de Orientação Estratégica - COE para a Elaboração de Iniciativas de Promoção à Expansão da Educação Superior por meio digital em Universidades Federais, no âmbito da Secretaria de Educação Superior. Brasília: MEC, 2020c. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-433-de-22-de-outubro-de-2020-284699498>> Acesso: 09/06/2022.

BRASIL. *Portaria nº 433*, de 22/10/2020. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade EaD, nas universidades federais. Brasília: MEC, 2020d. Disponível em: <[https://www.gov.br/mec/pt-br/reunidigital/pdf/portaria\\_434.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/reunidigital/pdf/portaria_434.pdf) > Acesso: 18/07/2022.

BRASIL. *Medida Provisória n. 979*, de 09/06/2020. Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante a pandemia da Covid-19. Brasília, 2020e. Disponível:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv979.htm)> Acesso: 09/06/2021.

BRASIL. Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição nº 188, de 2019*. Brasília, DF: Senado Federal, 2019a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8035580&ts=1631882266921&disposition=inline>>Acesso:16/06/2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Proposta de Emenda à Constituição nº 206, de 2019*. Dá nova redação ao art. 206, inciso IV, e acrescenta § 3º ao art. 207, ambos



da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019b. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node0tb0cs54f070j1o2wklgcnl3o14037983.node0?codteor=1839016&filename=PEC+206/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0tb0cs54f070j1o2wklgcnl3o14037983.node0?codteor=1839016&filename=PEC+206/2019)> Acesso; 09/06/2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COSTA, Regis. Eu vejo o futuro repetir o passado: o Future-se e a agenda empresarial para a educação superior pública. In: *(Neo)fascismos e educação – reflexões críticas sobre o avanço neoconservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, p.307-330, 2020.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Notas sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes. In: LIMA, Kátia Regina de Souza (org). *Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 77-93.

DUARTE, Janaína. IRINEU, Bianca. A educação superior e os desafios à universidade brasileira em tempos de pandemia. In: *ANAIS DO III SINESPP, Simpósio Internacional sobre Estado Sociedade e Políticas Públicas*. Piauí: UFPI, 2020.

DUARTE, Janaína; LIMA, Kátia. Fascistização e educação superior: O futuro da universidade pública em xeque. In: *Argumentum*. N.14 (1). Vitória: PPGPS/UFES, 2022, p. 7–25.

ESCOBAR, Herton. 15 universidades públicas produzem 60% da ciência brasileira. In: *Jornal da USP. Online*, 05/09/2019. Disponível: <<https://jornal.usp.br/?p=270700>> Acesso: 11/06/22.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vqzxmknYDzYpLKH5rwG4Ttc/?lang=pt&format=pd>> Acesso: 04/12/2021.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: Reforma ou Revolução?* 1ª edição.

São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FLORES, Mariana; MATTOS, Vivian. O último que sair apaga a luz? In: *Revista Universidade e Sociedade*. Ano XXX- N 65. Brasília: ANDES/SN, p. 8-24, 2020.

FILGUEIRAS, Luiz. O “Future-se” no capitalismo dependente brasileiro. In: *Le Monde Diplomatique*. Online, 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-future-se-no-capitalismo-dependente-brasileiro/#:~:text=Na%20verdade%2C%20o%20subdesenvolvimento%20e,%2C%20um%20capitalismo%20dependente%20>>

Acesso: 20/01/2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira *Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas*. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados> > Acesso: 04/06/2022.

LEHER, Roberto. Em virtude da pandemia é necessário discutir o planejamento do sistema educacional - Parecer do CNE sobre atividades escolares desconsidera as consequências da pandemia e da crise econômica. Publicado em: 04/05/2020. In: *Carta Maior – Educação*. 2020. Disponível: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Em-virtude-da-pandemia-enecessario-discutir-o-planejamento-do-sistema-educacional/54/47389>> Acesso: 06/06/2022.

LIMA, Kátia. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. In: *Revista Universidade e Sociedade*. Ano XXIX. Edição Especial América Latina – out./2019. Brasília: ANDES/SN, 2019, p. 8-39.

MARTINS, Tânia.; VITTI, Sylvia. A concepção teórico-política do projeto Future-se e a concepção de internacionalização da educação. In: *Revista Brasileira de Educação Comparada*. Campinas, SP, v. 3, p. 1-1, 2021. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbec/article/view/14788>>. Acesso: 05/05/2022.

MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: *(Neo)fascismos e educação – reflexões críticas sobre o avanço neoconservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 12-46.

OLIVEIRA, João Ferreira de; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. *Análise das propostas para Educação do programa de governo do candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL)*. Brasília: ANPED, 2018. Disponível em: <https://anped.org.br/news/jair-bolsonaro-psl-analise-de-programa-de-educacao>. Acesso em 17/07/2022.

PSL. Partido Social Liberal. *O caminho da prosperidade*. Proposta e Plano de Governo, Bolsonaro 2018. Brasília: PSL, 2018. Disponível em: <[http://www.psl-sp.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/PLANO\\_DE\\_GOVERNO\\_JAIR\\_BOLSONARO\\_2018.pdf](http://www.psl-sp.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf). Acesso em 22/12/2018 > Acesso: 10/01/2022.

SCHLESENER, Anita. Observações sobre o projeto geopolítico mundial de concentração do capital e seus desdobramentos na educação. In: *(Neo)fascismos e educação – reflexões críticas sobre o avanço neoconservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 84-99.

SGUISSARDI, Valdemar. A educação superior e a crescente desigualdade social no Brasil em tempos neoliberais. In: *Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente*. Uberlândia/MG: Navegando Publicações, 2020, p. 195-236.

SILVEIRA, Daniel. Em 2018, quase 46 milhões de brasileiros ainda não tinham acesso à internet, aponta o IBGE. In: *G1 GLOBO Economia*. Publicado em: 29/04/2020. 2020.

Disponível:<<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/29/em-2018-quase-46-milhoes-de-brasileiros-ainda-nao-tinham-acesso-a-internet-aponta-ibge.ghtml>> Acesso: 02/03/2022.

SOARES, Luana; NOVAES, Thaís. Políticas públicas federais como controle da educação. In: *Revista Universidade e Sociedade*. Ano XXX- N 65 fevereiro 2020. Brasília: ANDES/SN, 2020, p. 24-73.